



**RTEP** REVISTA ISSN: 2316-1493  
**TURISMO**  
ESTUDOS & PRÁTICAS

**NOTAS LIVRES / FREE NOTES**

**O ETNOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA VISTO DE DENTRO:  
TURISMO QUILOMBOLA E A BUSCA POR SUSTENTABILIDADE  
NO BRASIL<sup>1</sup>**

*ETHNO-ECOLOGICAL COMMUNITY-BASED TOURISM FROM WITHIN: QUILOMBO  
TOURISM AND THE QUEST FOR SUSTAINABILITY IN BRAZIL*

Carla Guerrón Montero<sup>2</sup>  
Laura Santos<sup>3</sup>  
Daniele Santos<sup>4</sup>

**INTRODUÇÃO**

Em 19 de Março de 1999, o Campinho da Independência, localizado no Município de Paraty, tornou-se o primeiro quilombo no estado do Rio de Janeiro a receber o reconhecimento oficial do governo de sua condição de remanescente de quilombo. A partir desse decreto, foi realizada a titulação coletiva de terras e o direito de preservar

<sup>1</sup> Tradução do capítulo "Ethno-ecological Community-Based Tourism from Within: Quilombo Tourism and the Quest for Sustainability in Brazil" por Carla Guerrón Montero, Laura Santos, e Daniele Santos. Em *The Routledge Handbook of Community Based Tourism Management: Concepts, Issues & Implications*, editado por Sandeep K. Walia. Copyright © 2021. Nova York e Londres: Routledge, pp. 64-73, 2021. Reproduzido com licença do Taylor & Francis Group.

<sup>2</sup> Carla Guerrón Montero é antropóloga cultural e aplicada e professora titular de Antropologia, Estudos Africanos, Estudos da Mulher e do Gênero, e Estudos da América Latina na Universidade de Delaware.

<sup>3</sup> Laura Santos é uma líder quilombola com mais de 30 anos de experiência como ativista dos direitos das populações afro-brasileiras

<sup>4</sup> Daniele Santo é uma jovem líder quilombola encarregada do turismo de base comunitária no quilombo Campinho da Independência.



seu patrimônio cultural. Esta conquista resultou de décadas de luta por parte dos quilombolas para alcançar visibilidade. Apesar de significativa, os líderes de Campinho sabiam que ela não bastava; era apenas o primeiro passo para a soberania. Ao identificarem opções sustentáveis, eles perceberam que o turismo era uma oportunidade econômica lógica devido à proximidade entre o Campinho e os mercados turísticos. Tendo testemunhado o poder sedutor do turismo e seus potenciais desdobramentos negativos quando gerenciado de maneira inapropriada, eles deram início a um processo de desenvolvimento turístico pautado em metas bastante claras. Este capítulo discute esse processo visando abordar as implicações teóricas e aplicadas do turismo de base comunitária. Combinamos nossas experiências e expertise com uma líder quilombola e gestora de comunidades há décadas (Laura), uma jovem mais experiente líder quilombola responsável pelo TBC em Campinho (Daniele) e uma antropóloga do turismo que conduziu a pesquisa etnográfica em Campinho (Carla) para desenvolver essa análise.

Quilombos ou sociedades remanescentes de quilombos são comunidades compostas por pessoas de descendência africana, indígena ou europeia que construíram sociedades independentes fora do sistema colonial brasileiro de plantação. Experiências similares foram realizadas pelos povos palenques na América Hispânica e por comunidades *maroons* na América Anglo-saxônica. Vários quilombos têm se engajado em diferentes formas de desenvolvimento turístico nos últimos dez anos. Como Camargo e Lawo-Sukam (2015) corretamente observam, há poucos estudos discutindo o processo de planejamento e gestão do turismo entre grupos étnicos (mesmo assim, ver Swain, 1989). Já os estudos sobre como quilombolas interagem com a indústria do turismo e sobre quais são os efeitos de tais interações são ainda mais escassos. Este capítulo contribui para preencher esse espaço ao entrelaçar a literatura sobre TBC com o processo orgânico e ativamente engajado que o Quilombo Campinho da Independência adotou para alcançar resultados bem-sucedidos. Sugerimos que o modelo desenvolvido em Campinho (o etnoturismo de base comunitária) constitui uma ferramenta sustentável que também serve como meio de salvaguardar o território e a soberania dos quilombolas.

## O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E O TURISMO DE QUILOMBOS

O Turismo de Base Comunitária (TBC) emergiu como uma alternativa ao turismo de massa na década de 1980. Em *Tourism: A Community Approach*, Murphy (1985) propôs uma perspectiva ecológica para o desenvolvimento e planejamento turístico, centrada em comunidades e focada em iniciativas e benefícios locais. Embora o conceito tenha sido revisado ao longo dos anos, o foco no envolvimento comunitário permanece um fator fundamental. O TBC ganhou terreno nos últimos vinte anos como um caminho viável para o desenvolvimento turístico sustentável (Pearce, 1992; Bartholo et al., 2008, 2009; Moscardo, 2008). O TBC não é mais um modelo de desenvolvimento alternativo; ao contrário, ele tem se tornado predominante globalmente (Hamzah e Khalifah, 2009). Na América Latina, o TBC se refere às iniciativas comunitárias criadas ou apoiadas pela população local, em que os benefícios são distribuídos amplamente e a proteção dos recursos naturais e locais são elementos essenciais. A partir de variações dessas premissas, o TBC foi disseminado particularmente nos seguintes países: Brasil, Bolívia, Costa Rica, Equador, Honduras, Guatemala, México, Nicarágua e Peru. No Brasil, o TBC se tornou um modelo turístico parcialmente fomentado pelo estado através de oficinas, workshops e outros meios.



Por sua vez, o turismo em povos *maroons* é um fenômeno relativamente recente, embora não isolado. Além do Brasil, exemplos de projetos turísticos em comunidades *maroons* nas Américas podem ser encontrados na Colômbia, na Jamaica e no Suriname. Um caso icônico é San Basilio de Palenque, na Colômbia, uma antiga comunidade *maroon* fundada no século XVII, em uma província ao norte de Bolívar. San Basilio de Palenque é considerado o primeiro território livre das Américas, já que o governo espanhol concedeu autonomia e liberdade a todos os escravos fugitivos que lá viviam em 1713 (Camargo e Lawo-Sukam, 2015, p. 26). San Basilio de Palenque foi declarada Obra-prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade pela UNESCO em 2005. Essa comunidade *maroon* abraçou o turismo étnico, realizando roteiros turísticos interpretativos, mostrando terras comunais importantes aos visitantes e apresentando espetáculos de música e dança (Camargo e Lawo-Sukam, 2015, p. 33). Apesar de algumas limitações, o turismo em Palenque parece ser uma alternativa econômica promissora (Gil et al., 2016). As lideranças de Palenque estão engajadas em envolver as principais partes interessadas (os “palenqueros”; mediadores turísticos, governos locais, regionais e nacionais e ONGS) ao mesmo tempo em que se mantêm responsáveis pelo caminho turístico que desejam trilhar (Camargo e Lawo-Sukam, 2015, pp. 37-38). De certa forma, o turismo em San Basilio compartilha semelhanças com o modelo que discutimos neste capítulo, embora possua diferenças notáveis em termos de autonomia e sustentabilidade.

No Brasil, o turismo de quilombos é relativamente recente. Incluindo o Campinho, vários quilombos têm se engajado no desenvolvimento do turismo nos últimos dez anos (Bowen, 2016; Guerrón Montero 2017, 2020; Kenny, 2011, 2018; Lusby e Pinheiro, 2019; Silva et al., 2016). A seguir, discutimos três características fundamentais do turismo de base comunitária e apresentamos as maneiras pelas quais Campinho da Independência tem desenvolvido seu modelo de TBC em termos de seu planejamento e gerenciamento.

## NA ENCRUZILHADA DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E A ETNOECOLOGIA: O MODELO DE CAMPINHO

O turismo de base comunitária (TBC) é definido como “uma ferramenta de desenvolvimento comunitário que fortalece a capacidade das comunidades rurais de gerenciar recursos turísticos ao mesmo tempo em que assegura a participação da comunidade local” (Hamzah e Khalifah, 2009, p. 4). Entre suas principais características, este modelo pode representar uma maneira de gerar renda (reduzindo a pobreza), diversificar a economia local, preservar as culturas e ambientes e proporcionar oportunidades de educação para moradores e turistas. Esse modelo exige uma abordagem de longo-prazo que objetiva maximizar os benefícios e limitar os impactos negativos (Hamzah e Khalifah, 2009, p. 4). Embora a participação comunitária seja crucial, os projetos de TBC também podem ser iniciados por governos, ONGs e mediadores turísticos, com graus variados de sucesso (Goodwin e Santilli, 2009). Mais adiante, detalhamos alguns dos componentes principais do TBC e discutimos a abordagem adotada em Campinho. Entretanto, antes de começarmos, devemos enfatizar que o processo que tem se desenvolvido em Campinho não é baseado em uma análise da literatura sobre TBC, nem adere aos manuais de TBC ou quaisquer outros modelos pré-determinados. Ele é baseado em uma abordagem *bottom-up* profunda de tentativa e erro que tem sido desenvolvida há mais de 20 anos.



O Campinho da Independência é uma comunidade formada por 120 famílias e 550 membros. Ela é dividida em 13 núcleos organizados segundo padrões matrilineares (linhagens traçadas pelo lado materno) e residência matrilocal (residência próxima ao domicílio materno). Campinho está a 13km da vila de Paraty e faz parte do Município de Paraty. As terras de Campinho faziam parte de três fazendas chamadas Sertão da Independência, Itatinga e Paratymirim, que produziram principalmente cana de açúcar e café durante o período colonial. Quando a escravidão foi abolida em 1888, três escravas (Vovó Antônia, sua irmã Marcelina e sua prima Luiza) assentaram-se nesse território e criaram o quilombo atualmente conhecido como Campinho da Independência. A maioria dos moradores de Campinho vive da agricultura ou de trabalho assalariado em Paraty e outras cidades próximas.

Paraty, uma cidade colonial e imperial fundada no começo do século XVII, está localizada a 248km da cidade do Rio de Janeiro e a 267km de São Paulo. Foi declarada Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1962 e faz parte da lista indicativa de Patrimônio Mundial da UNESCO no Brasil desde 2004. Desde a década de 1980, o turismo tem sido uma das principais atividades econômicas da região. Mais recentemente, Paraty se tornou um destino cultural, recreativo e ecológico conhecido entre turistas brasileiros e estrangeiros. Os moradores de Campinho começaram a se envolver com o turismo no começo dos anos 2000. Atualmente, as ofertas turísticas de Campinho se enquadram como etnoecológicas na página do quilombo na internet, tal como descrito a seguir:

Venha participar de uma visita guiada ao primeiro quilombo reconhecido do estado do Rio de Janeiro [...] Aprenderemos sobre a história, a luta e a resistência pelo direito à terra, cultura, arte e gastronomia. Nosso roteiro inclui contação de histórias pelos griôs, visita aos núcleos familiares, moenda de farinha, viveiro agroecológico e loja de artesanato (Quilombo Campinho da Independência, 2014).

A Associação oferece visitas guiadas ao quilombo e trilhas e caminhadas a cachoeiras próximas e possui uma loja de artesanato e um restaurante e bar bem equipados. Ele serve não apenas aos grupos de turistas organizados gerenciados principalmente pela Associação, mas também aos turistas individuais que estejam indo para ou voltando de visitas às atrações turísticas da Rodovia Rio-Santos. A seguir, discutimos três aspectos cruciais do TBC e explicamos como eles são vivenciados em Campinho: a participação comunitária no sentido amplo, a conexão aos circuitos turísticos e o apoio governamental.

## **PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA**

Um aspecto indispensável do TBC é a pressuposição de que a participação comunitária em turismo é desejável e que empoderar os membros da comunidade a se engajar no desenvolvimento e gerenciamento desta modalidade turística fomenta a sustentabilidade tanto cultural quanto economicamente. Em outras palavras, é fundamental que a governança permaneça nas mãos da comunidade local. Em Campinho, a participação comunitária tem se materializado de diversas formas. Como dito anteriormente, Campinho foi o primeiro quilombo do estado do Rio de Janeiro a ter sua condição reconhecida e legalizada. Em 19 de março de 1999, o governo estadual concedeu formalmente 287,946 hectares de terras comunais à Associação de Moradores do Campinho (AMOC), formada em 1994 (Estado do Rio de Janeiro, 1999). Uma vez que



este passo foi concluído, a Associação trabalhou rapidamente para identificar cinco áreas cruciais para o desenvolvimento econômico e a construção comunitária, quais sejam agroecologia, saúde, artesanato, educação e cultura diferenciados e TBC. Os líderes da Associação tinham bastante consciência de que um pedaço de papel pode conferir certas garantias ou nenhuma garantia simultaneamente. Em 2000, eles lançaram o Projeto de Turismo Étnico e Sustentável, para educar os turistas sobre os modos de organização familiar, a paisagem, as práticas culturais e a história (Santos, 2008, p. 16). Os líderes da Associação sabiam que “a gestão e o controle em nível local podem prevenir que interesses internos se capitalizem” (Camargo e Lawo-Sukam, 2015, p. 42) a partir do patrimônio cultural e ecológico de Campinho. Em 2003, os membros do quilombo criaram o Projeto Cultural Manoel Martins, que mais tarde foi renomeado como Ponto de Cultura Manoel Martins, uma entidade reconhecida e financiada pelo Ministério da Cultura do Brasil.

Inicialmente, Campinho não possuía a infraestrutura necessária para acomodar turistas. Quando os primeiros roteiros turísticos foram disponibilizados, os passeios incluíam almoço, ofertas de produtos artesanais e uma visita à casa de farinha comunitária no quilombo. As casas de farinha são moinhos onde a mandioca é moída em farinha. Trata-se de um processo elaborado e demorado que começa com o plantio e a colheita da raiz da mandioca e termina com o preparo artesanal da farinha de mandioca. Historicamente, cada um dos 13 núcleos de Campinho possuía sua própria casa de farinha e produção correspondente, que era realizada através de forças-tarefa ou esforços coletivos chamados “mutirões”. As casas de farinha são instrumentos políticos, econômicos e culturais fundamentais em Campinho; com efeito, uma das maneiras usadas pelos habitantes para pagar os honorários advocatícios para o processo de legalização de sua propriedade coletiva foi precisamente a produção de farinha de mandioca. Esse trabalho foi tão fisicamente e emocionalmente extenuante que as casas de farinha foram abandonadas e se deterioraram. Assim que o quilombo recebeu reconhecimento oficial e a propriedade comunitária de suas terras, a Associação construiu uma casa de farinha coletiva, que se tornou um dos atrativos do roteiro turístico inicial. Vale notar que em 2019 as casas de farinha de cada núcleo foram reconstruídas, e a história social, educativa, cultural, política e econômica das casas de farinha permanece viva até hoje.

No período inicial do desenvolvimento turístico, o almoço era preparado pelo Comitê Turístico na escola primária local durante a semana, e na casa de um dos membros do comitê aos finais de semana. Os turistas também tinham a oportunidade de comprar produtos artesanais dos próprios artesãos. No século XXI, o roteiro oferecido em Campinho se tornou muito mais elaborado e bem planejado. Os turistas podem visitar o amplo restaurante e as ricas lojas de artesanato todos os dias da semana, sem exigência de agendamento prévio. Entretanto, caso desejem fazer o passeio por Campinho, eles devem agendar a visita através de Daniela, a quilombola atualmente responsável pelo TBC. No quilombo, os turistas devem ser acompanhados por um dos guias quilombolas durante sua visita. Atualmente, há quatro guias quilombolas e três griôs (homens e mulheres sábios, encarregados de manter as tradições orais e histórias de Campinho vivas), entre os quais todos são mulheres (cf. Guerrón Montero, 2020). Além de atuar como coordenadora, Daniela também trabalha como guia turístico e palestrante em atividades turísticas fora do quilombo de Campinho.

Na primeira parte do passeio, os turistas são reunidos na parte alta do restaurante. Lá, acompanhados por um ou mais guias turísticos e um ou mais griôs, eles formam uma “roda” para aprenderem mais sobre a história de Campinho, que se vincula





à luta mais ampla dos povos da diáspora africana. Esta parte do passeio é a mais longa e elaborada e envolve conversas vibrantes entre as griôs, os guias turísticos e os próprios turistas. A interpretação português-inglês geralmente é conduzida pelo guia turístico que traz o grupo ao Campinho, ou ocasionalmente por um membro quilombola por casamento que fale inglês. Depois da roda, o guia turístico quilombola percorre um roteiro pré-determinado pelo Campinho, explicando o uso de plantas medicinais, a configuração social do quilombo e outros aspectos de sua história. Caso os turistas desejem, eles podem visitar uma das casas de farinha ou o viveiro coletivo de mudas. Esta parte do passeio termina em uma das lojas de artesanato, que também é gerenciada coletivamente por artesãos locais. Ela é seguida por uma oficina, caso o grupo requisite com antecedência. Há oficinas de cestaria e jardinagem disponíveis para grupos de ao menos cinco turistas e de jongo para grupos de dez turistas ou mais. Atualmente, oito mulheres focam em oficinas de cestaria, e cinco homens e mulheres administram as oficinas de plantio. A atividade mais requisita por turistas envolve o jongo. O jongo, caxambu ou tambor é uma dança semirreligiosa de matriz africana. De acordo com Ribeiro (1984), o jongo era praticado por povos escravizados da região sudeste do Rio de Janeiro desde o período colonial. O jongo servia a vários propósitos, tais como o planejamento de revoltas e fugas e a marcação de celebrações importantes (Silva Costa e Brasil Fonseca, 2019, p. 1). Atualmente, o jongo da região sudeste do Rio de Janeiro é considerado patrimônio histórico imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN), e continua a ser praticado no Vale do Paraíba e nas costas norte e sul da região fluminense (Da Silva Costa e Brasil Fonseca, 2019; Alves, 2016). Em Campinho, o jongo foi revitalizado no contexto de oficinas patrocinadas pelo Estado e se tornou um marcador cultural icônico da busca dos quilombolas por soberania. Trinta homens, mulheres e crianças formam a tropa do jongo e participam das oficinas. Uma vez que os quilombolas se encarregam do processo turístico do início ao fim, a maior parte dos lucros permanece na comunidade, beneficiando diretamente ou indiretamente 60 das 120 famílias que vivem em Campinho.

Ao refletir sobre o processo de desenvolvimento de um TBC em sua versão atual, os líderes da associação reconhecem que inicialmente eles se lançaram em uma indústria sobre a qual pouco sabiam. Por exemplo, eles se referiam às atrações turísticas que ofereciam (sua gastronomia e artesanato ou uma visita à casa de farinha) simplesmente como “atividades”, não como “produtos”. Era permitido que os turistas visitassem Campinho sem autorização prévia e isso implicava que operadores de turismo do estado ou de estados vizinhos trouxessem turistas que simplesmente perambulavam pelo quilombo sem respeitar a privacidade de seus habitantes. Além disso, quase não sobrava lucro para o próprio quilombo, com exceção daquele oriundo da venda de refeições e algumas peças de artesanato. Eles rapidamente perceberam que era preciso mudar e eventualmente lançaram um modelo de turismo etnoecológico de base comunitária.

A participação dos líderes de Campinho nas oficinas regionais e sua imersão completa na criação de um Foro das Comunidades Tradicionais Quilombolas, Indígenas e Caiçaras - Angra/Paraty/Ubatuba, em 2007, contribuiu para que eles se dessem conta de que aquilo que fizeram por si próprios, através de improviso e longos debates foi, em verdade, um tipo de turismo altamente sustentável e pedagógico, ou seja, o TBC em sua melhor forma. Em 2008, essa visão se solidificou quando o projeto “*Caiçaras, Indígenas e Quilombolas: Construindo Juntos o Turismo Cultural na Região da Costa Verde*” foi fundado pelo Ministério do Turismo. Isto permitiu que a associação alinhasse suas



atividades com os serviços turísticos e encontrasse e resgatasse aquilo a que os quilombolas chamam de “saberes e fazeres tradicionais”.

Um aspecto fundamental de auto governança é a habilidade dos moradores locais de decidir qual será seu nível de envolvimento com o turismo, assim como o número de turistas adequado a um dado destino (Nyaupane, Morais, & Dowler, 2006). Em Campinho, os moradores interessados em se engajar no turismo o fazem de diversas maneiras: eles podem se tornar guias turísticos; contribuir com sua produção ou conhecimento sobre agroecologia; compartilhar seu conhecimento sobre a história do quilombo; usar suas habilidades culinárias no restaurante comunitário ou suas habilidades artísticas para produzir peças artesanais a ser vendidas em uma das duas lojas de artesanato. Quanto ao gerenciamento do número de turistas, de maneira semelhante a Palenque, que fica próximo à cidade de Cartagena, o Campinho da Independência está localizado próximo à cidade de Paraty. Paraty se tornou uma meca do turismo no estado do Rio de Janeiro e no Brasil. Embora as ofertas turísticas locais destaquem o patrimônio histórico e material e imaterial, seu modelo predatório pode ser considerado um exemplo de *overtourism* (uma forma de turismo que impacta excessivamente um destino) (Borg et al., 1996; Coldwell, 2017). Um exemplo basta: Em uma cidade em que vivem 40.000 habitantes (IBGE, 2019), a Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP) tem atraído regularmente mais de 25.000 turistas durante seus cinco dias de programação desde 2003. O número estimado de 376 hotéis e pousadas com 11,330 leitos não é suficiente (entrevista com G. R. C.; 9 de março de 2015), pressionando a capacidade local ao seu limite e se tornando insustentável (cf. Axer, 2009).

Uma decisão crítica tomada pela Associação logo no início do processo foi reconhecer a capacidade de o Campinho receber turistas. A organização decidiu adotar uma forma de recepção turística de pequena escala e altamente controlada. Na prática, esta é realizada pela exigência de que qualquer grupo turístico interessado em visitar o Campinho deve requisitar autorização com antecedência e organizar os passeios diretamente junto à Associação, sem intermediários. Ao mesmo tempo em que a Associação trabalha com a maior agência de turismo de Paraty, além de outras no Rio de Janeiro e em São Paulo, a maior parte dos pedidos é realizada diretamente através de parcerias estabelecidas ao longo dos anos.

Um dos indicadores mais importantes do sucesso do modelo TBC é que a comunidade local se encarrega de representar a si própria. A maioria das comunidades quilombolas engajadas na atividade turística enfatiza seu patrimônio material e imaterial. Em Campinho, os marcadores culturais materiais principais que indicam sua diversidade são a loja de artesanato e o restaurante, ambos os quais servem aos turistas. Na entrada do quilombo, o escritório da AMOC exibe um mural com o emblema do Campinho: uma representação visual do mapa do Campinho com as três mulheres que fundaram o quilombo. Embora não exista um centro de interpretação, os próprios guias turísticos quilombolas atuam como intérpretes de seu patrimônio e seus espaços culturais; sendo assim, os patrimônios material e imaterial coexistem.

Com efeito, o direto à autorrepresentação está no centro do turismo etnoecológico de base comunitária tal como concebido pelos quilombolas em Campinho. Embora as refeições, oficinas e até o passeio pelo caminho interpretativo sejam opcionais, o único aspecto do roteiro que não é opcional é a roda, em que os turistas aprendem com os grãos a história de resistência e marginalização dos moradores do Campinho. Para Laura, não faz sentido viajar para um local e não ter a oportunidade de aprender sobre sua história e aqueles que a forjaram. Para Carla, que esteve presente em



inúmeras rodas durante seu trabalho de campo em Campinho, esta é a parte mais dinâmica e encantadora do roteiro, quando os griôs e membros do quilombo demonstram seu entendimento arguto das condições estruturais que forçam as pessoas de descendência africana em geral e os quilombolas, em particular, a lutarem incansavelmente por sua auto governança.

A literatura especializada em TBC aponta para alguns dos problemas de se presumir que o modelo é à prova de falhas, particularmente no âmbito da autossuficiência em comunidades heterogêneas (Salazar, 2012). Em Campinho, a despeito da origem comum de todos os membros, a heterogeneidade está presente nas experiências, na escolaridade, na afiliação religiosa e, certamente, no interesse e no apoio ao turismo. O turismo não é um setor tradicional (Gascón, 2013), mesmo para uma comunidade como Campinho, que coexiste com Paraty há séculos. No século XXI, a abordagem de turismo controlado adotada pela Associação tornou o turismo habitual e não-intrusivo. Embora nem todos os membros do quilombo estejam interessados em se envolver diretamente com ele, há um respeito disseminado pelo trabalho duro daqueles que estão envolvidos e o reconhecimento quanto aos benefícios mais amplos que ele traz para a comunidade como um todo.

## CONEXÕES COM CIRCUITOS TURÍSTICOS

Para que o modelo TBC funcione, as comunidades envolvidas com o turismo devem se associar aos circuitos turísticos. Os líderes da Associação têm lutado para estabelecer essas conexões pois o apoio ao turismo quilombola por parte dos mediadores turísticos é limitado. A agência de turismo que monopoliza a indústria turística em Paraty, a Paraty Tours, oferece o passeio turístico quilombola ao Campinho entre seus produtos, além das visitas a uma comunidade caiçara, duas comunidades indígenas, um teatro de marionetes, uma academia de culinária e um *city tour* histórico (Paraty Tours, 2019). Entretanto, na prática os grupos agendados através da Paraty Tours não são frequentes. Com efeito, quando Carla conduziu trabalho de campo em Campinho e Paraty entre fevereiro e julho de 2015, ela não conseguiu participar de um passeio ao Campinho organizado pela Paraty Tours porque não havia turistas suficientes interessados. Seu nome permaneceu em uma lista de espera durante os cinco meses em que ela viveu na região. Mesmo assim, os líderes da Associação encontraram maneiras de estabelecer conexões duradouras com instituições e organizações além das agências de turismo locais. Por exemplo, a Associação frequentemente recebe grupos de estudantes de instituições privadas localizadas nos estados de Rio de Janeiro e São Paulo. Essas instituições se conformam a uma norma federal estabelecida pela Lei 10.693/2003, que obriga o ensino de cultura e história africanas e afro-brasileiras nas escolas brasileiras. Algumas escolas particulares possuem condições de levar seus alunos para visitas ao quilombo; Campinho estabeleceu uma relação duradoura com algumas dessas escolas e frequentemente recebe grupos de estudantes de tamanho considerável entre seus turistas. Da mesma forma, por meio de relações e conexões de longo prazo e boca-a-boca, os líderes de Campinho trabalham com agências de viagens internacionais sediadas na Alemanha, nos Estados Unidos e no Canadá. Vale notar que o Quilombo Campinho da Independência não apenas aparece em circuitos brasileiros de turismo, mas também em guias de viagens tais como o *DK Eyewitness* da Inglaterra desde 2010 (Ghose, 2018, p. 111), que destaca o patrimônio material e imaterial do Campinho, e o *Petit Futé* (2016), da França, que destaca seu comércio artesanal justo.





## APOIO GOVERNAMENTAL

Para que o TBC seja sustentável, o apoio governamental é decisivo. Os governos que tratam os moradores de um destino como parceiros tendem a oferecer mais recursos necessários para avançar quaisquer iniciativas (Gray, 1985). Na esfera estadual, o governo brasileiro tem encorajado o TBC pela oferta de workshops e treinamentos realizados através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da criação do Brasil Agroecológico e do Plano Nacional de Turismo (2013-2016; 2018-2022). Com efeito, o TBC é um dos modelos turísticos promovidos pelo Estado brasileiro. Entretanto, em nível local, as coisas não são tão transparentes (Bartholo et al., 2008). Em Campinho, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) ofereceu recursos concretos para o TBC crescer através do Ministério do Turismo. Por outro lado, os governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2023) conduziram um processo sistemático de criminalização de quilombolas e das instituições e profissionais que os apoiam. Ambos os regimes avaliaram o trabalho realizado pela *Fundação Nacional do Índio*, FUNAI, e pelo *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária*, INCRA, que historicamente conduziram avanços importantes no âmbito do apoio às populações marginalizadas. Além disso, o Presidente Bolsonaro nega a existência de racismo estrutural no Brasil, deslegitimando os direitos dos quilombos e de outros grupos historicamente subrepresentados (Instituto Socioambiental, 2019).

## CONCLUSÕES: A BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE

Embora ainda haja desafios ao modelo implementado, o TBC em Campinho tem sido bem-sucedido de diversas formas. Para Laura, o TBC alcança a sustentabilidade através de uma variedade de oportunidades de se obter recursos econômicos. Como apontado anteriormente, embora nem todos os membros do quilombo se envolvam no turismo, todos respeitam o trabalho exigido para que essa indústria prospere. O desafio para os quilombolas na visão de Laura é se manter totalmente centrado enquanto trabalham em uma atividade que ao mesmo tempo seduz e consome. Lidar com os sentimentos de turistas que imaginavam uma experiência em Campinho, mas que jamais sonharam que seria tão fascinante exige vastas quantidades de energia. Há um dilema em trabalhar com pessoas: os quilombolas recebem retribuições econômicas dos turistas, mas os turistas, por sua vez, exigem reações recíprocas e o compartilhamento da riqueza do Campinho, a qual talvez nem mesmo seus próprios moradores reconheçam. Para Daniela, os anos de experimentação sistemática com o turismo fomentaram uma fórmula altamente eficiente. Desde que o turismo permaneça nas mãos dos quilombolas, e desde que eles não transformem suas rotinas e estilos de vida para agradar aos caprichos dos turistas, o turismo permanecerá sustentável. Para Carla, o modelo de TBC implementado em Campinho tem obtido sucesso em diversas esferas: Ele é pautado por um princípio de desenvolvimento étnico comunitário; promove a igualdade de gênero e é parte de um sistema interrelacionado que integra saúde, agroecologia, cultura e educação diferenciados e produção cultural material. A relevância do TBC emerge exclusivamente a partir de sua relação com outras quatro áreas identificadas pelos líderes do quilombo.

O turismo tem o potencial de folclorizar a resistência, limitando os avanços políticos e transformando pessoas em espetáculos. Porém, ele também pode criar



oportunidades para que grupos marginalizados encontrem suas vozes. De maneira semelhante a San Basilio de Palenque, a capitalização do rico patrimônio cultural de Campinho através de TBC tem o potencial de produzir tanto o desenvolvimento econômico quanto à sustentabilidade cultural.

## REFERÊNCIAS

Alves, H. C. (2016). *“Eu não sou o milho que me soca no pilão”: Jongo e memória Póscolonial na comunidade quilombola Machadinho – Quissamã.* (Tese de Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social não publicada). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Axer, S. (2009). Turismo cultural: O município de paraty e a FLIP. *Revista Itinerarium*, 2, 1-23.

Bartholo, R., Delamaro, M., Bursztyn, I., & Hallewell, L. (2008). Tourism for whom? different paths to development and alternative experiments in Brazil. *Latin American Perspectives*, 35(3), 103-119.

Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (2009). *Turismo de Base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras.* Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

Bowen, M. L. (2017). Who owns paradise? Afro-Brazilians and ethnic tourism in Brazil's quilombos. *African and Black Diaspora: An International Journal*, 10(2), 179-202.

Camargo, B., & Lawo-Sukam, A. (2015). San Basilio de Palenque (re)visited: African heritage, tourism, and development in Colombia. *Afro-Hispanic Review*, 34(1), 25-45.

Coldwell, W. (2017). First Venice and Barcelona: Now anti-tourism marches spread across Europe. *The Guardian*, pp. 10.

Estado do Rio de Janeiro (1999). Escritura de atestação de domínio que faz o Estado do Rio de Janeiro à Associação de Moradores do Campinho--A.M.O.C., com cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e de reversão, na forma abaixo.

Gascón, J. (2013). The limitations of community-based tourism as an instrument of development cooperation: The value of the social vocation of the territory concept. *Journal of Sustainable Tourism*, 21(5), 716-731.

Ghose, A. (Ed.). (2018). *DK eyewitness travel guide Brazil.* London: Penguin Random House.

Gil, D., Espitia, J., Poveda, D., Sánchez, J., & Suárez, F. (2016). Modelo de turismo comunitario para San Basilio de Palenque. *Gestión, Ingenio y Sociedad*, 1(1), 55-63.

Goodwin, H., & Santilli, R. (2009). *Community-based tourism: A success?* GTZ/ICRT.

Gray, B. (1985). Conditions facilitating interorganizational collaboration. *Human Relations*, 38(10), 911-936.



Guerrón Montero, C. (2017). "To preserve is to resist": Threading black cultural heritage from within in quilombo tourism. *Souls: A Critical Journal of Black Politics, Culture, and Society*, 19(1), 75-90.

Guerrón Montero, C. (2020). Women sustaining community: The politics of agro-ecology in quilombo tourism in southern Brazil. *Bulletin of Latin American Research*, 39(2), 191-207.

Hamzah, A. H., & Khalifah, Z. (2009). *Handbook on community based tourism: How to develop and sustain CBT*. Singapore: Asia-Pacific Economic Cooperation (APEC).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2019). Cidades. Em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/paraty/panorama>.

Instituto Socioambiental (ISA). (2019). What changes (or what's left) for the quilombos with president Bolsonaro's reforms? Em <https://www.socioambiental.org/en/noticias-socioambientais/what-changes-or-whats-left-for-the-quilombos-with-president-bolsonaros-reforms>.

Kenny, M. L. (2011). Making heritage in Brazilian quilombos. *Antípoda: Revista de Antropología y Arqueología*, 12, 91-111.

Kenny, M. L. (2018). *Deeply rooted in the present: Heritage, memory, and identity in Brazilian quilombos*. Toronto: University of Toronto Press.

Lusby, C., & Pinheiro, T. (2019). Case study: Tourism in traditional quilombo communities---from theory into practice. *Journal of Global Business Insights*, 4(1), 119-124.

Moscardo, G. (2008). Sustainable tourism innovation: Challenging basic assumptions. *Tourism and Hospitality Research*, 8(1), 4-13.

Murphy, P. E. (1985). *Tourism: A community approach*. London: Routledge.

Nyaupane, G., Morais, D., & Dowler, L. (2006). The role of community involvement and number/type of visitors on tourism impacts: A controlled comparison of Annapurna, Nepal and Northwest Yunna, China. *Tourism Management*, 27(6), 1373-1385.

Paraty Tours. (2019). Paraty Tours: Turismo ecológico receptivo. Em <https://www.paraty tours.com.br/pt-BR>, December 24, 2019.

Pearce, D. G. (1992). Alternative tourism: Concepts, classifications, and questions . In V. L. Smith, & W. R. Eadington (Eds.), *Tourism alternatives: Potentials and problems in the development of tourism* (First ed., pp. 15-30). Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press.

Petit Futé. (2019). Guide de voyage Petit Futé 2016. Em <http://petitfute.com>.

Quilombo Campinho da Independência. (2014). Quilombo Campinho da independencies: Roteiro etno-ecológico. Em <http://quilombocampinhodaindependencia.blogspot.com/p/turismo-d.html>



Ribeiro, M. L. B. (1984). *O jongo*. Rio de Janeiro: FUNARTE/INF.

Salazar, N. B. (2012). Community-based cultural tourism: Issues, threats and opportunities. *Journal of Sustainable Tourism*, 20(1), 9-22.

Santos da Silva, F. de P., Rodrigues Matta, A. E., & Coimbra de Sá, N. S. (2016). Community-based tourism in the Antigo Quilombo Cabula. *Caderno Virtual de Turismo*, 16(2), 79-92.

Santos, L. M. d. (Ed.). (2008). *Vivência de saberes: Projeto de educação do Ponto de Cultura Manoel Martins*. Paraty, Rio de Janeiro: Quilombo Campinho da Independência.

Silva Costa, R. R. da, & Brasil Fonseca, A. (2019). O processo educativo do jongo no quilombo Machadinha: Oralidade, saber da experiência e identidade. *Educação Social Campinas*, 40, 1-17.

Swain, M. (1989). Developing ethnic tourism in Yunnan, China: Shilin Sani. *Tourism Recreation Research*, 14(1), 33-39.

Van der Borg, J., Costa, P., & Gotti, G. (1996). Tourism in European heritage cities. *Annals of Tourism Research*, 23(2), 306-321.